

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, Fevereiro de 2013
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo Circulante		30.900	24.036		6.959	6.399
Disponibilidades	5&13.c	62	89		6.959	6.399
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	29.690	22.831			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		29.690	22.831			
Outros Créditos		1.148	1.116			
Rendas a Receber		557	557			
Créditos Tributários	6	473	531	9	2.396	1.368
Diversos	7	118	28	10	4.236	4.413
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.375	6.275		1.936	1.519
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c	-	3.397		1.936	1.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	3.397	9	1.900	1.519
Outros Créditos		3.375	2.878			
Créditos Tributários	6	86	53	10	36	-
Diversos	7	3.289	2.825			
Permanente		1	1			
Investimentos		1	1			
Outros Investimentos		144	144			
Provisões para Perdas		(143)	(143)			
Imobilizado de Uso	8	-	-			
Outras Imobilizações de Uso		99	99			
Depreciações Acumuladas		(99)	(99)			
Total do Ativo		34.276	30.312		34.276	30.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados
				Reserva Legal	Reserva Estatutária	
						Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		44.687	37.938	288	3.700	-
Cisão Parcial	2&12.a	(34.783)	(29.529)	(637)	(8.755)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	13.224
Destinações:						
Reserva Legal		-	-	661	-	(661)
Juros sobre Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(3.739)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	4.412	(4.412)
Reserva para Reforço de Capital	12.c	-	-	-	4.412	(4.412)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		9.904	8.409	312	3.769	-
Homologação Cisão Parcial		8.409	(8.409)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	4.256
Destinações:						
Reserva Legal		-	-	213	-	(213)
Juros sobre Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(1.269)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	1.387	(1.387)
Reserva para Reforço de Capital	12.c	-	-	-	1.387	(1.387)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		18.313	-	525	6.543	-
Saldos em 30 de Junho de 2012		9.904	8.409	412	5.035	-
Homologação Cisão Parcial		8.409	(8.409)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.243
Destinações:						
Reserva Legal		-	-	113	-	(113)
Juros sobre Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(622)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	-	754	(754)
Reserva para Reforço de Capital	12.c	-	-	-	754	(754)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		18.313	-	525	6.543	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV Distribuidora), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Reestruturações Societárias

Cisão Parcial da CRV Distribuidora para Santander Participações S.A. (Santander Participações). Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 31 de agosto de 2011 da CRV Distribuidora e da Santander Participações, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de cisão parcial da CRV Distribuidora, com versão da parcela cindida à Santander Participações, com base no balanço auditado levantado em 30 junho de 2011, sendo que a parcela cindida de R\$73.704 refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV Distribuidora no capital social da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities). Em contrapartida da cisão o capital social da CRV Distribuidora foi reduzido em R\$64.312 e as reservas de lucro em R\$9.392. O resultado de equivalência patrimonial apurado em 2011 foi de R\$1.842, referente ao lucro líquido ajustado da Santander Securities no período.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da CRV Distribuidora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa CRV Distribuidora, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

4. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da CRV Distribuidora.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

e.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrado em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

e.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A CRV Distribuidora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. (Nota 11.c)

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

g) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo.

As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

h) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da CRV Distribuidora na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Içamento (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais	302	101	(25)	378
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	376	-	(101)	275
Total dos Créditos Tributários	678	101	(126)	653
Créditos não Registrados	(94)	-	-	(94)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	584	101	(126)	559
Circulante	531			473
Longo Prazo	53			86
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Saldo em 31/12/2011	
Provisão para Riscos Fiscais	213	89	302	
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	296	80	376	
Total dos Créditos Tributários	509	169	678	
Créditos não Registrados	(94)	-	(94)	
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	415	169	584	
Circulante	380		531	
Longo Prazo	35		53	

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2012		Total	
Ano	IRPJ	CSLL	Total	Registrado
2013	384	183	567	473
2014	-	12	12	12
2015	39	35	74	74
Total	423	230	653	559

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$626 (2011 - R\$644) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$534 (2011 - R\$554), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	2.648	2.270
Outros	30	-
Impostos e Contribuições a Compensar	630	583
Valores a Receber Sociedades Ligadas (Nota 13.c)	99	-
Total	3.407	2.853
Circulante	118	28
Longo Prazo	3.289	2.825

8. Imobilizado de Uso

Composto por sistemas de processamento de dados no valor de R\$99 (2011 - R\$99), integralmente depreciados.

9. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11.b)	2.937	2.389
Impostos e Contribuições a Pagar	1.359	498
Total	4.296	2.887
Circulante	2.396	1.368
Longo Prazo	1.900	1.519

10. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas Administrativas	163	265
Outros Pagamentos	200	350
Fornecedores	-	3
Total	363	618
Circulante	327	618
Longo Prazo	36	-

11. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais Fiscais

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	2.389	1.388
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	548	831
Baixas por Pagamentos	-	110
Saldo Final	2.937	2.389
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	281	262

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A CRV Distribuidora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da CRV Distribuidora com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A CRV Distribuidora tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificado como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.



CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

DIRETORIA

Diretores

José Roberto Machado Filho

Luciano Ortiz de Camargo

Miguel Angel Albero Ocerin

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP